

Gilberto Ferreira Marchetti Filho

É Bacharel em Direito em 2004 e pós-graduado *lato sensu* em Direito Civil e Processo Civil em 2006, pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN; Mestre em Processo Civil e Cidadania pela Universidade Paranaense – UNIPAR em 2018. Em sua atuação profissional, é Assessor Jurídico do Gabinete da 6ª Vara Cível de Dourados - MS desde 2005 e Professor de Direito Civil no Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN desde 2006. Também leciona Direito Processual Civil em cursos de pós-graduação.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, A PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL



ISBN: 978-85-9487-037-7

Autor
Gilberto Ferreira Marchetti Filho

Revisão Gráfica
Aline Vieira Pipino de Freitas

Revisão Geral
Mario do Carmo Ricalde

Marchetti Filho; Gilberto Ferreira.

Os Direitos Fundamentais, a Pacificação dos Conflitos Sociais e o Código de Processo Civil: o Novo Paradigma do Processo Civil em Vista do Acesso à Justiça Efetiva, Justa, Eficiente e Adequada / Gilberto Ferreira Marchetti Filho. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2018.

337p.

1. Direito. 2. Processo Civil.
I. Título.

CDD: 340
CDU: 341.2736

Fechamento desta edição: 11.07.2018

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à



Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.
Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br
site: www.editoracontemplar.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - O CONFLITO E SEUS MEIOS DE SOLUÇÃO

1.1 Notas iniciais	19
1.2 Escorço sobre o Homem, Sociedade, Comportamento Humano e os Conflitos: uma Análise Jurídica, Sociologia, Filosófica e Psicológica	20
1.3 Os Meios de Solução de Conflitos	37
1.4 A Autotutela.....	45
1.5 A Autocomposição	48
1.5.1 Algumas notas introdutórias e conceituais	48
1.5.2 Natureza jurídica da autocomposição	55
1.5.3 Objeto da autocomposição.....	57
1.5.4 Características dos meios autocompositivos	61
1.5.5 Forma e efeitos dos meios autocompositivos	64
1.6 A Heterocomposição.....	65

CAPÍTULO 2 - DAS ORIGENS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: O NOVO PARADIGMA DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

2.1 Notas Iniciais	71
2.2 As Escolas e a Formação do Pensamento Científico no Processo Civil.....	71
2.3 A Escola Portuguesa na Formação do Processo Civil Brasileiro	73
2.4 O Processo na Escola Italiana: Chiovenda, Calamandrei, Carnelutti e Liebman	77
2.5 A Escola de Direito Processual Alemã.....	84
2.6 A Formação da Escola de Processo Civil no Brasil.....	87
2.7 O Processo Civil Brasileiro e a Formação do Código de Processo Civil de 1973.....	94

2.8 A Visão Clássica do Processo e sua Representação no Código de 1973: a Cultura da Litigiosidade	99
2.9 A Litigiosidade e a Crise da Justiça Estatal	110
2.10 O Código de Processo Civil de 2015: a Nova Visão do Sistema Processual Civil Brasileiro	123
2.10.1 As bases da codificação de 2015: um Código principiológico, de conceitos indeterminados e de cláusulas gerais	130
2.10.2 A estrutura do Código de Processo Civil de 2015	133

CAPÍTULO 3 - DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ACESSO À JUSTIÇA EFETIVA, JUSTA, EFICIENTE E ADEQUADA: A BUSCA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL DO CONFLITO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

3.1 Apresentando a Problemática	135
3.2 Achegas sobre Direitos Fundamentais no Estado Constitucional de Direito Brasileiro: Significado, Conteúdo e Abrangência	138
3.3 A Relação Dialógica entre os Direitos Fundamentais e o Direito Privado	143
3.3.1 A relação dialógica entre os direitos fundamentais e o direito privado em uma visão prospectiva: A eficácia direta dos direitos fundamentais e sua atuação comunicativa com o direito privado	147
3.4 O Diálogo entre os Direitos Fundamentais e o Direito Processual Civil: a Eficácia Direta dos Direitos Fundamentais no Processo Civil	155
3.5 A Humanização e a Democratização do Direito: a Constitucionalização do Processo	163
3.6 Os Direitos Fundamentais e o Acesso à Justiça Formal e Material: a Visão Moderna do Acesso à Justiça Efetiva, Justa, Eficiente e Adequada	168
3.7 Os Deveres Protetivos do Magistrado como Instrumento Garantidor do Acesso à Justiça e dos Direitos Fundamentais	188
3.8 A Pacificação Social e sua Efetivação no Código de Processo Civil de 2015	199

3.9 A Necessidade de Aprimoramento da Justiça: os Meios Adequados de Solução de Conflitos no Código de Processo Civil de 2015.....	221
3.10 A Necessidade de Quebra e Mudança de Paradigma Social para a Construção de uma Cultura de Paz	240
Considerações Finais	251
Referências Bibliográficas.....	255